

## Brasil corre para ter mercado de carbono antes da COP30<sup>1</sup>

Às vésperas da abertura da COP30, em Belém, apresentada como um dos marcos do terceiro mandato do presidente Lula, o governo corre contra o tempo para pôr de pé o mercado regulado de carbono, iniciativa imprescindível para o Brasil consolidar sua posição na pauta ambiental.

Só na semana passada foi editado o decreto que criou a Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, dentro do Ministério da Fazenda, cuja missão é abrir caminho para o funcionamento do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), o mercado oficial de carbono brasileiro, criado pela Lei 15.042, editada em dezembro passado.

As atribuições da secretaria serão amplas. Além da elaboração de estudos, projeções e cenários, terá que coordenar as atividades do governo na área, articulando a atuação de entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros e outros órgãos da administração federal para o SBCE; regulamentar os processos de avaliação de conformidade e de credenciamento de organismos de inspeção; e divulgar informações.

A secretaria terá que definir metodologias para a contabilidade das emissões, quais gases de efeito estufa serão levados em conta, além do dióxido de carbono, e garantir a inexistência da dupla contagem. Já a certificação, também importante para a credibilidade dos créditos, será independente.

A Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono será comandada pela economista Cristina Reis, até então subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica. Logo após sua confirmação, Reis defendeu uma bolsa de valores forte para sediar os negócios do mercado de carbono brasileiro, que segue as regras do “cap and trade” em que as organizações têm como limite emitir 25 mil toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. Quem superar o teto poderá compensar comprando créditos de carbono, cada um equivalente a 1 tonelada de CO<sub>2</sub> emitida; e quem ficar abaixo poderá vender seu excedente no mercado.

O setor agropecuário, responsável por 74% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, pressionou e ficou fora das limitações da legislação. Mas poderá vender créditos, assim como outros setores não incluídos, como o de resíduos e o de atividades relacionadas a florestas.

Em artigo no Valor (13/10) o advogado João Pedro Tavares, do escritório Daudt, Castro e Gallotti, indica mais um ponto importante ainda não resolvido para o mercado de carbono deslanchar: o tratamento tributário. A Lei 15.042 equiparou os créditos de carbono a valores mobiliários. Mas não se sabe como sua emissão, sua compra e sua negociação devem ser tributadas. Cada empresa está adotando provisoriamente uma alternativa, e muitas aguardam a definição oficial, o que gera insegurança.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaocoluna/brasil-corre-para-ter-mercado-de-carbono-antes-da-cop30.ghtml>

Acessado em 21.10.2025

A ambição do Brasil é usar seu potencial ambiental para liderar o mercado global de carbono, mas está chegando tarde. Segundo o próprio governo, cerca de 80 países ou jurisdições já possuem o sistema de precificação direta do carbono, sendo que um pouco menos de 40 tem um mercado regulado.

Em evento da Pré-COP, realizado recentemente em Brasília, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, estimou quanto o mercado de carbono pode contribuir para o financiamento climático. Marina disse que o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que gera créditos de CO<sub>2</sub> por meio de projetos que evitam o desmatamento em áreas ameaçadas por grileiros, madeireiros, produtores rurais e criadores de gado, juntamente com o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), pode reunir US\$ 9 bilhões anuais aproximadamente, o equivalente a 60% do montante estimado necessário para zerar o desmatamento até 2030.

Recentemente vem ganhando espaço outro mecanismo que pode potencialmente gerar créditos de carbono, o chamado ARR — Afforestation, Reforestation and Revegetation (Florestamento, Reflorestamento e Revegetação), que visa a remover o CO<sub>2</sub> da atmosfera por meio do plantio em áreas que tiveram as árvores retiradas ou da recuperação de florestas degradadas.

Grandes compradores de créditos de carbono, como as big techs, vêm preferindo essa alternativa ao REDD+ depois de denúncias de cálculos supervalorizados e abusos de comunidades locais. Conselheiro econômico da presidência da COP30, o economista brasileiro e professor das universidades Columbia e Princeton José Alexandre Scheinkman afirmou em entrevista ao canal Ecoa que a única tecnologia hoje no mundo que permite capturar CO<sub>2</sub> em escala é a restauração das florestas tropicais.

Uma das propostas do governo brasileiro para a COP30 é o lançamento da Coalizão Aberta para Integração dos Mercados de Carbono para conectar diferentes sistemas de comércio de créditos, promovendo liquidez, previsibilidade e transparência para o setor, além de abrir espaço para troca de tecnologias e inovações na descarbonização.

Há muitas providências a serem ainda tomadas para se construir o mercado brasileiro de carbono, e dificilmente tudo estará finalizado até a COP30. As dificuldades fiscais do país acabam atrasando o debate porque concentram a atenção do governo e impedem uma ação mais proativa. Outra iniciativa que ficou para trás por dificuldades orçamentárias é a criação de uma agência reguladora para o mercado de carbono. Mas regular todo esse mercado é urgente.